

junta em regime de tempo integral com dedicação exclusiva para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 18 de Novembro de 2004 e termo em 30 de Setembro de 2005, correspondente ao índice 185 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico, auferindo a remuneração mensal ilíquida de € 2737,50. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Dezembro de 2004. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo*.

**Despacho n.º 1273/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 13 de Dezembro de 2004:

António José Mira Marques Mendes — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo integral com dedicação exclusiva, para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Novembro de 2004 e termo em 30 de Setembro de 2006, correspondente ao índice 210 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico, auferindo a remuneração mensal ilíquida de € 3107,43. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Dezembro de 2004. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo*.

**Despacho n.º 1274/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 6 de Dezembro de 2004:

Sandra Marisa Lopes Miranda — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a professora-adjunta em regime de tempo integral com dedicação exclusiva para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 18 de Novembro de 2004 e termo em 30 de Setembro de 2005, correspondente ao índice 185 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico, auferindo a remuneração mensal ilíquida de € 2737,50. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Dezembro de 2004. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo*.

**Despacho n.º 1275/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 19 de Novembro de 2004:

Óscar José Mascarenhas — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto em regime de tempo parcial (20 %), para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2004 e termo em 30 de Setembro de 2005, correspondente ao índice 185 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico, auferindo a remuneração mensal ilíquida de € 365,01. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Dezembro de 2004. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo*.

**Despacho n.º 1276/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 6 de Dezembro de 2004:

Ricardo André Ribeiro dos Santos — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do 2.º triénio em regime de tempo integral para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2004 e termo em 30 de Setembro de 2005, correspondente ao índice 135 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico, auferindo a remuneração mensal ilíquida de € 1331,76. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Dezembro de 2004. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo*.

**Despacho n.º 1277/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 6 de Dezembro de 2004:

António Manuel Monteiro Cardoso — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto em regime de tempo parcial, 20 %, para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2004 e termo em 30 de Setembro de 2005, correspondente ao índice 185 fixado pelo estatuto remuneratório dos

docentes do ensino superior politécnico, auferindo a remuneração mensal ilíquida de € 365,01. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Dezembro de 2004. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo*.

**Despacho n.º 1278/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 19 de Novembro de 2004:

Sónia Sofia de Sousa Alves Ferreira — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio em regime de tempo integral com dedicação exclusiva para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2004 e termo em 30 de Setembro de 2005, correspondente ao índice 100 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico, auferindo a remuneração mensal ilíquida de € 1479,73. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Dezembro de 2004. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo*.

**Despacho n.º 1279/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 19 de Novembro de 2004:

Rui Alberto dos Santos Gomes — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto em regime de tempo parcial, 50 %, para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2004 e termo em 30 de Setembro de 2005, correspondente ao índice 185 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico, auferindo a remuneração mensal ilíquida de € 912,51. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Dezembro de 2004. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo*.

**Despacho n.º 1280/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 6 de Dezembro de 2004:

João Carlos Vidal Coelho Nunes — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto em regime de tempo integral e em acumulação de funções, com pensão de aposentação, para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2003 e termo em 30 de Setembro de 2004, correspondente ao índice 185 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico, auferindo a remuneração mensal ilíquida de € 912,51. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Dezembro de 2004. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo*.

## Escola Superior de Música

**Despacho n.º 1281/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 22 de Dezembro de 2004:

Christopher Consitt Bochmann, equiparado a professor-coordenador da Escola Superior de Música — autorizada a equiparação a bolsheiro fora do País no período de 12 a 29 de Janeiro de 2005.

29 de Dezembro de 2004. — A Directora, *Cremilde Rosado Fernanades*.

**Despacho n.º 1282/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 9 de Dezembro de 2004:

João Manuel Ruivo Noronha — autorizada a rescisão de contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto da Escola Superior de Música, de Lisboa, a partir de 20 de Setembro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2004. — A Directora, *Cremilde Rosado Fernanades*.

**Despacho n.º 1283/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 4 de Dezembro de 2004:

Francisco José Pinto Pereira Ribeiro — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como equiparado a profes-

sor-adjunto, em regime de tempo parcial (60%), para a Escola Superior de Música de Lisboa, pelo período de dois anos, com efeitos a partir de 24 de Novembro de 2004, auferindo a remuneração mensal ilíquida de € 1331,76. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Janeiro de 2005. — A Directora, *Cremilde Rosado Fernandes*.

**Despacho n.º 1284/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 6 de Dezembro de 2004:

Carlos Guilherme Voss — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo parcial (40%) e em regime de acumulação, para a Escola Superior de Música de Lisboa, com início a 21 de Novembro de 2004 e termo a 31 de Agosto de 2005, auferindo a remuneração mensal ilíquida de € 769,46. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Janeiro de 2005. — A Directora, *Cremilde Rosado Fernandes*.

**Despacho n.º 1285/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 29 de Novembro de 2004:

Iouri Axenov — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo parcial (60%), para a Escola Superior de Música, de Lisboa, pelo período de dois anos, com efeitos a partir de 21 de Novembro de 2004, auferindo a remuneração mensal ilíquida de € 1154,19. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Janeiro de 2005. — A Directora, *Cremilde Rosado Fernandes*.

**Despacho n.º 1286/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 4 de Dezembro de 2004:

João Pedro Vasconcelos Duarte — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo parcial (50%) para a Escola Superior de Música, de Lisboa, pelo período de dois anos, com efeitos a partir de 15 de Novembro de 2004, auferindo a remuneração mensal ilíquida de € 493,24. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Janeiro de 2005. — A Directora, *Cremilde Rosado Fernandes*.

**Despacho n.º 1287/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 13 de Dezembro de 2004:

Nuno António Simões Inácio — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo integral, para a Escola Superior de Música do Instituto Politécnico de Lisboa, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 30 de Novembro de 2004, auferindo a remuneração mensal ilíquida de € 986,49. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Janeiro de 2005. — A Directora, *Cremilde Rosado Fernandes*.

**Despacho n.º 1288/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 4 de Dezembro de 2004:

Luís Bernardo Silva Tinoco — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do 2.º triénio, em regime de dedicação exclusiva, para a Escola Superior de Música do Instituto Politécnico de Lisboa, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 15 de Novembro de 2004, auferindo a remuneração mensal ilíquida de € 1997,64. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Janeiro de 2005. — A Directora, *Cremilde Rosado Fernandes*.

## INSTITUTO POLITÉCNICO DA SAÚDE DE LISBOA

### Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende

**Aviso n.º 477/2005 (2.ª série).** — 1 — Por despachos de 19 de Julho de 2004 e de 20 de Dezembro do mesmo ano, ambos exarados pela presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende, faz-se público que, nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, se encontra aberto, pelo

prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação deste aviso, concurso interno de acesso misto na categoria de assistente administrativo principal, da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal desta Escola, aprovado pela Portaria n.º 472/99, de 29 de Junho.

2 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, foram fixadas duas quotas para o provimento dos lugares postos a concurso:

3.1 — Quota 1 — três lugares aos quais só poderão candidatar-se funcionários pertencentes ao quadro de pessoal da Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende com a categoria de assistente administrativo, da carreira de assistente administrativo, desde que detenham pelo menos, três anos na respectiva categoria, classificados de *Bom*, conforme determina a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 404/98, de 18 de Dezembro, republicado pela Lei n.º 44/99 de 11 de Junho;

3.2 — Quota 2 — dois lugares a que poderão candidatar-se funcionários de outros organismos que reúnam as condições legais atrás referidas.

4 — Prazo de validade — o concurso é válido para as vagas indicadas, esgotando-se com o seu preenchimento.

5 — Local de trabalho — na Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende, Avenida do Brasil, 53, pavilhão 12 ou 16, 1700-063 Lisboa.

6 — Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;

Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, republicado nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 44/90, de 11 de Junho;

Código do Procedimento Administrativo.

7 — O método de selecção consistirá na avaliação curricular.

7.1 — Na apreciação do currículo serão avaliados de acordo com as exigências da função:

- Habilitação académica de base;
- Formação profissional, em que se ponderam as acções de formação e de aperfeiçoamento profissional;
- Experiência profissional, em que se pondera o desempenho de funções na área de actividade para a qual o concurso é aberto;
- Classificação de serviço.

7.2 — Na classificação e ponderação dos diferentes factores, bem como na classificação final, utilizar-se-á a escala de 0 a 20 valores.

7.3 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

8 — Apresentação de candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento redigido em papel normalizado, dirigido à presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende, Avenida do Brasil, 53-B, 1700-063 Lisboa, e entregue nos Serviços Administrativos da Escola durante as horas normais de expediente, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, podendo ser enviado pelo correio em carta registada com aviso de recepção.

9 — Do requerimento de admissão deverão constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, filiação, data de nascimento, naturalidade, estado civil, número e data de bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal e número de telefone);
- Habilitações literárias;
- Identificação da categoria detida, do serviço a que pertence, da natureza do vínculo e da antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;
- Experiência profissional, com indicação das funções desempenhadas;
- Declaração, sob compromisso de honra, de que reúne os requisitos gerais de admissão a concurso e de provimento em funções públicas previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;